

RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.604 - RS (2014/0067071-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **CRISTIANO RODRIGO MARTINELLI**
ADVOGADOS : **ALCINDO BATISTA DA SILVA ROQUE E OUTRO(S)** - RS026036
MARÍLIA CAMPANA COSTELLA - RS090179
RECORRENTE : **LABORE ENGENHARIA LTDA**
ADVOGADOS : **LUCIO LAUSER MORAES** - RS058719
MARIA CRISTINA ZANETTI HORTA E OUTRO(S) - RS059508
GABRIELLA GUTIERRE MIRANDA - RS082376
RECORRIDO : **OS MESMOS**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CRISTIANO RODRIGO MARTINELLI, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL COM OPÇÃO DE COMPRA. FALHAS NA ESTRUTURA DO IMÓVEL. CONSERTOS. DANO MORAL E MATERIAL. QUANTUM. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Procede o pedido de correção de erros e falhas de projeto estrutural e execução em unidade residencial objeto de arrendamento, porquanto, a partir de prova pericial, restou evidenciado os defeitos na execução da obra, os quais, embora não impeçam a utilização do imóvel, nem comprometam a habitabilidade, a segurança e a solidez da edificação, interferem no bom uso, na vida útil e na salubridade do imóvel, devendo, assim, ser reparados.

A aflição e angústia decorrentes desses transtornos não podem ser enquadrados como meros e corriqueiros dissabores, pois afetam diretamente a esfera moral em razão do prolongamento no tempo dos problemas e da ausência de solução.

No arbitramento da indenização advinda de danos morais, o julgador deve se valer do bom senso e razoabilidade, atendendo às peculiaridades do caso, não podendo ser fixado quantum que torne irrisória a condenação, tampouco valor vultoso que traduza enriquecimento ilícito.

Dentro destas circunstâncias, entendo que o valor arbitrado na sentença (R\$ 5.000,00) mostra-se adequado, levando-se em conta a natureza do dano, o princípio da razoabilidade, a impossibilidade de serem fixados valores que ocasionem o enriquecimento indevido e os parâmetros utilizados por este Tribunal.

O artigo 21, caput, do CPC dispõe que 'se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente

distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas'. Mantidos os critérios e valores de honorários advocatícios estabelecidos na sentença.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 21, parágrafo único, do CPC/73, sustentando, em síntese, a necessidade de redistribuição do ônus sucumbencial, pois decaiu de parte mínima do pedido.

Contrarrazões apresentadas.

Admitido o recurso na origem, subiram os autos.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Quanto à alegada ofensa ao art. 21 do CPC/73, ao argumento de que não houve distribuição proporcional do ônus de sucumbência, o Tribunal de origem decidiu a questão controvertida nos seguintes termos (fl. 831):

Como bem salientou o MM. Juízo sentenciante, 'tendo sido as partes reciprocamente sucumbentes, mas a parte ré em maior grau porque as pretensões de recuperação do imóvel e de indenização por danos morais foram acolhidas. Assim, fixo a verba honorária total em 15% do valor da causa, a ser corrigido pelo IPCA desde o ajuizamento, cabendo à CEF pagar 2/3 desse valor e o autor 1/3. As quantias compensam-se reciprocamente, na forma do art. 21 do CPC (para o que não é óbice a assistência judiciária de que goza o autor), de modo que a condenação da parte ré a título de honorários advocatícios define-se em 5% do valor da causa.' O artigo 21, caput, do CPC dispõe que 'se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas'.

Portanto, do excerto acima transcrito, infere-se que a sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. QUEDA EM ESTACIONAMENTO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. SUCUMBÊNCIA. NÃO PROVIMENTO.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição, vícios inexistentes no acórdão embargado.

2. "Não se conhece de recurso especial quando a deficiência de sua fundamentação não permite a compreensão da controvérsia" (Súmula 284 do STF).

3. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

4. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado.

Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

5. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 722.650/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 12/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. PLANO DE SAÚDE. ATENDIMENTO MÉDICO. FALHA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Inviável o exame do recurso especial que, a despeito da oposição dos aclaratórios, não aponta violação do artigo 535 do CPC com a finalidade de sanar a omissão apontada. Incidência da Súmula nº 211/STJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Rever a questão relativa à responsabilidade da recorrente,

decidida com base no exame das circunstâncias fático-probatórias da causa, esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. O valor fixado à título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 560.971/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 02/06/2015)

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator